

Ano XXIV nº 6357 – 09 de junho de 2021

Tributar super-ricos: Bancos têm que pagar mais

Um imposto equivalente a 0,3% dos ganhos dos super-ricos do Brasil liberaria recursos para melhorar a vida dos outros 97,7% dos brasileiros. Por exemplo, enquanto os trabalhadores recebem os salários já com desconto retido na fonte, os banqueiros recebem milhões de reais em dividendos sem pagar nenhum imposto. Mudar isso é possível. A grande reforma tributária brasileira depende apenas de leis ordinárias, não de emenda constitucional. Mas não adianta arrecadar mais e não poder investir em setores essenciais, como saúde e educação, devido ao “teto dos gastos” que congela a injeção de recursos públicos. Essas frases estão no centro do debate promovido na noite da última segunda-feira, dia 07/06, pela campanha Tributar os Super-Ricos, criada em outubro de 2020 e que conta com a participação de mais de 70 entidades da sociedade civil.



O foco da discussão foram propostas de regulação e tributação do sistema financeiro nacional. Entre elas a ampliação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por cinco anos, para investir no social, explicou o diretor institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), André Horta. “Elevar os tributos de setores altamente lucrativos não representa risco para os trabalhadores”, lembra a campanha. A entidade reúne secretários da Fazenda dos estados e do Distrito Federal.

Um setor que lucra mais a cada ano, há décadas, certamente poderia contribuir mais, inclusive por meio do pagamento de mais impostos. Somente no primeiro trimestre de 2021, o lucro dos cinco maiores bancos do país somou R\$ 26,4 bilhões, com alta média de 47,1% em 12 meses.

Entre 1997 e 2019, o lucro líquido do segmento cresceu 2,4 vezes mais do que os valores pagos de CSLL e duas vezes mais do que os valores pagos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ). No período, o lucro líquido dos bancos cresceu 423% acima da inflação, enquanto valores pagos a título de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido aumentaram 179% e a título de IRPJ aumentaram 211%. Mesmo com o crescimento mais lento por conta da pandemia, em 2020 o lucro dos bancos cresceu 100% mais que a CSLL e 160% mais do que o IRPJ. São muitas as razões para estarem no foco da campanha Tributar os Super-Ricos.

Esvaziamento dos fundos de pensão é um negócio apetitoso

Um negócio que rende R\$ 12,5 bilhões ao ano despertou o desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes. É o quanto renderia a quantia de R\$ 1 trilhão acumulado pelos 290 fundos de pensão fechados. Para tanto, é necessário que esses fundos, patrocinados por empresas privadas, estatais e órgãos públicos para seus empregados, sejam esvaziados.

A operação que está em curso é denunciada no artigo de Marcel Barros é vice-presidente da Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar e de Autogestão em Saúde (Anapar), e José Ricardo Sasseron ex-presidente da Anapar. “O negócio é apetitoso. Os autores explicam que, com a Reforma da Previdência de 2019, proposta por Bolsonaro e aprovada pelo Congresso Nacional, um poderoso lobby do sistema financeiro conseguiu incluir na Constituição Federal a possibilidade de administrar os planos de previdência dos servidores públicos, que tendem a ser os maiores do país em alguns anos. O governo aproveita para atacar também os planos patrocinados por empresas públicas ou de economia mista no caso da Previ, Funcef, Petros, Postalís e outros, que são os maiores em patrimônio”, alerta o artigo.

Os participantes dos atuais planos poderiam, de acordo com as mudanças pretendidas pelo Governo, poderiam optar pelos fundos de pensão existentes ou por outros que sejam oferecidos por bancos aos quais as empresas patrocinadoras tenham aderido. Assim, os atuais planos seriam esvaziados.

Por anos, os trabalhadores conquistaram o direito da gestão paritária dos atuais planos, o que garante algum grau de proteção aos participantes. “É esta proteção que o atual governo quer destruir, para facilitar a destruição dos planos de previdência e a transferência de centenas de bilhões de reais para a gestão dos bancos”, destaca o artigo.